

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e Relatório
dos Auditores Independentes

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores

Acionistas e Administradores da

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Em 31 de dezembro de 2017, a CAERN possui valores líquidos registrados no seu ativo imobilizado de R\$ 31.899 mil e Intangível de R\$ 974.517 mil, representando 77% do seu ativo total, onde não foi aplicada a NBC TG 01 (R3), que trata sobre a redução ao valor recuperável dos ativos, bem como não foi realizado a avaliação da vida útil-econômica estimada dos bens para fins de cálculo da depreciação, como previstos nas ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão, ITG 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação e CTG 05 - Contratos de Concessão. Adicionalmente, o controle patrimonial adotado pela Companhia encontra-se em fase de planejamento para ser implementado, para que possa respaldar em sua totalidade a movimentação dos bens e os saldos apresentados. Como consequência, não estamos em condições de emitir opinião sobre os possíveis efeitos que os assuntos mencionados possam ocasionar nos saldos apresentados no ativo imobilizado, intangível e em seu resultado.

A CAERN não mensurou e nem reconheceu os valores a receber por estimativa de recursos a faturar referente a receita de serviço de água e esgoto até a data de 31 de dezembro de 2017 e ainda não faturada ao consumidor, o qual deveria ser calculada com base em estimativa de consumo dos clientes neste período. Diante disso, não opinamos sobre os efeitos que estes recursos interferem no ativo e resultado da Companhia.

A CAERN apresenta no Patrimônio Líquido o valor de R\$ 3.963 mil, reconhecido como reserva de reavaliação, do qual não vem sendo realizado há vários exercícios, ocasionado em uma apresentação na demonstração financeira em desacordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes, bem como não possui controle dos valores ainda a serem realizados. Como consequência, não estamos em condições de emitir opinião sobre os possíveis efeitos que os assuntos mencionados possam ocasionar nos saldos apresentando no patrimônio líquido, passivo e em seu resultado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Contratos de Concessão

Conforme nota explicativa nº 1, a CAERN possui contratos de concessões vencidos com alguns municípios, no entanto continua com as operações. As operações com prazo de concessão vencido poderão no futuro ocasionar possíveis efeitos econômicos não mensurados atualmente. A nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião com ressalvas, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de março de 2016, que conteve opinião adversa.

Reapresentação dos saldos do exercício anterior

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2017, examinamos também as reclassificações descritas na Nota Explicativa 2.1.1 e notas relacionadas, que foram efetuadas para alterar as demonstrações contábeis de 2016. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da companhia referentes ao exercício de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de opinião sobre as demonstrações contábeis de 2016 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8

José Diego Braz da Silva
Contador
CRC/RN 10575/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Mensagem da administração

O Rio Grande do Norte vive a sua pior crise hídrica dos últimos anos, que vem afetando a agricultura, a pesca e principalmente o fornecimento de água tratada para a população, surgindo uma preocupação com o uso consciente da água e seu reuso pelo cidadão, pelos governos, pelas empresas e pela CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do RN).

Diante desse quadro, o Governo do Estado, os municípios e a CAERN, trabalham com a missão de contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida dos norte rio-grandenses, por intermédios de medidas de saneamento básico, sustentabilidade econômica, social e ambiental, prezando a transparência na apresentação de suas políticas e ações em prol do alcance de sua missão.

Embora o momento tenha sido de crise hídrica e financeira, as ações da gestão que vem sendo implantadas ao longo dos anos na CAERN, acompanhada com a dedicação e comprometimento de seus colaboradores e medidas socioeducativas direcionadas à população, possibilitaram à empresa ter um resultado positivo no período de 2017, gerando recursos para investir em novas obras, e ter concluído obras que já estavam em andamento, dando continuidade à implantação de sistemas de esgotamento sanitário e ampliando a cobertura de esgoto nos municípios atendidos pela Companhia, contribuindo de forma maciça e eficaz com a melhoria da qualidade de vida da população.

Resultados

A receita líquida apresentou um crescimento de 9,32% em relação ao período anterior, alcançando R\$ 574 milhões. A geração de caixa operacional (EBITDA) foi de R\$ 33 milhões e o Lucro Líquido de R\$ 13 milhões.

1. CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Ao longo do exercício de 2017, a CAERN buscou manter as 157 concessões, auxiliando vários municípios a elaborarem seus Planos Municipais de Saneamento. A Companhia espera realizar a renovação dessas concessões dentro do próximo exercício.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E COMUNIDADE

Gestão Socioambiental

Em 2017, a CAERN, por meio da Gerência de Qualidade do Produto e do Meio Ambiente e seus parceiros internos e externos, no exercício de sua responsabilidade socioambiental, realizou diversas palestras com espaço para debate e distribuição de materiais educativos sobre a problemática da água, sua importância, a disponibilidade dos recursos hídricos, a preservação, os usos múltiplos e a escassez; mostrando que a adoção de práticas ambientalmente corretas na utilização da água é imprescindível, além da importância da implantação do sistema de esgotamento sanitário da cidade para a melhoria da qualidade de vida da população. As palestras foram realizadas em escolas, por meio do projeto CAERN nas escolas; em instituições diversas e com agentes comunitários de saúde, no projeto Agentes do Saneamento; visando a sensibilização e a busca por multiplicadores. Contribuindo para essa mesma finalidade, ainda houve ações do Teatro de Mamulengo e a realização de um para instituições diversificadas no intuito de sensibilizar o público e potencializar a propagação de conhecimento.

QUADRO - RESUMO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PÚBLICO ATENDIDO EM 2017

Tabela 1: Resumo das ações de Educação Ambiental da GQM/CAERN em 2017.				
AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
PROJETO	TIPO DE AÇÃO¹	Nº AÇÕES¹	PÚBLICO ATENDIDO	PÚBLICO POTENCIALMENTE ATENDIDO
CAERN NAS ESCOLAS	Palestras nas escolas por meio do projeto CAERN nas escolas	52	2.124	2.124
	Visita ao Centro de Treinamento Saturnino de Brito/CAERN no CAERN nas escolas	45	1.513 ²	1.513 ²
	Apresentações do Teatro de Mamulengos no projeto CAERN nas escolas	81	16.480	16.480
AGENTES DO SANEAMENTO	Palestras em outras instituições no projeto Agentes do Saneamento	14	525	1.753 ³
	Curso de Sensibilização em Recursos Hídricos no projeto Agentes do Saneamento	15	119	397 ³
	Palestras e Aulas do Curso de Sensibilização em Recursos Hídricos para Agentes Comunitários de Saúde no projeto Agentes do Saneamento	18	138	103.500 ⁴
-	Reuniões para realização de ações e apresentação de resultados	36	-	-
-	Ações de visita e distribuição de material	71	17.115	17.115
TOTAL GERAL				
Nº AÇÕES¹		PÚBLICO ATENDIDO		PÚBLICO POTENCIALMENTE ATENDIDO
332		36.501		141.369

¹Encontros, Palestras, Apresentações, Fixação de material educação em instituições diversas etc.

² O público não foi contabilizado no total geral por já estar presente no público de algumas das palestras do CAERN nas escolas.

³O Público Potencialmente Atendido foi obtido por considerar cada pessoa, em potencial, um multiplicador na própria família com média de 3,34 pessoas por família (IBGE, 2010).

⁴O Público Potencialmente Atendido foi obtido por considerar cada agente, em potencial, um multiplicador com as 750 pessoas que podem ser visitadas pelos mesmos, segundo a portaria MS 2488/11.

Outra ação a ser destacada é a execução dos Projetos de Trabalho Técnico e Social (PTTS), sob a coordenação da Gerência de Controle de Empreendimentos, que faz parte das demandas sociais dos empreendimentos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, inerentes aos contratos de financiamento para a realização das obras. O objetivo é informar a população sobre os benefícios que as obras trarão, bem como, prepará-los para os transtornos momentâneos, porém necessários, que são causados durante a execução das obras.

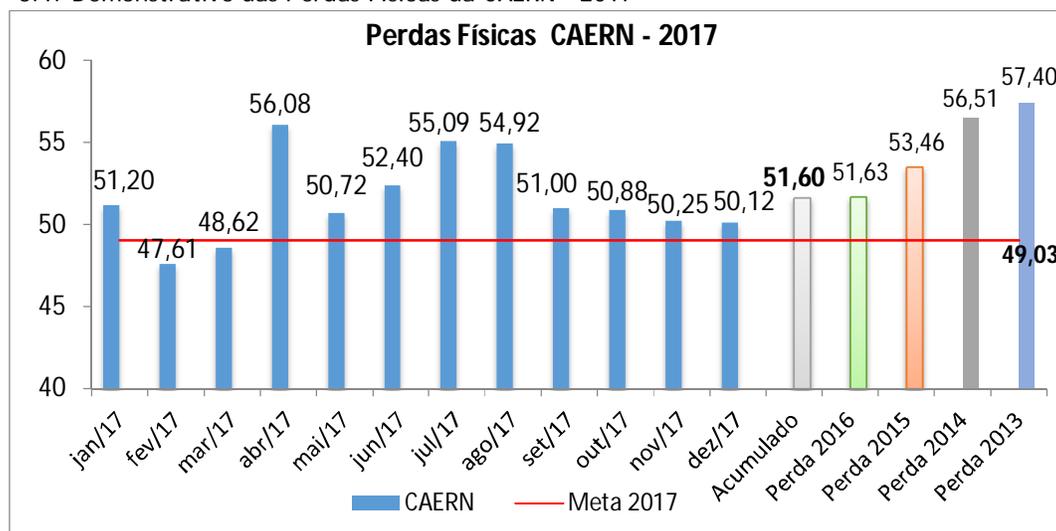
Ainda no aspecto social, a Companhia atua junto às organizações da sociedade civil que prestam importantes serviços para a população potiguar, como o Hospital Infantil Varela Santiago e o Abrigo Juvino Barreto, em que se disponibiliza como intermediário nas doações do consumidor, por meio das contas de água. E, ainda, junto a Sociedade Amigos do Deficiente Físico - SADEF, gerando emprego e renda aos portadores de necessidades especiais aptos ao trabalho.

No aspecto ambiental, as estações de tratamento de efluentes realizam a disposição adequada dos esgotos que é essencial para a proteção da saúde pública e do meio ambiente. O não tratamento causa doenças e a contaminação da água e, conseqüentemente, do solo. Os resíduos sólidos do tratamento, por sua vez, necessitam ser acondicionados e transportados até seu tratamento final. Para isso, a CAERN dispõe de contrato tanto para o armazenamento, coleta e transporte desses resíduos quanto para a prestação de serviço para o tratamento e disposição final dos resíduos coletados. A partir do ano de 2017 foi dado o início a estes serviços com o custo no ano de R\$ 55.217,51 para o serviço de tratamento dos resíduos sólidos e de R\$ 189.512,16 para o serviço de acondicionamento, coleta e transporte.

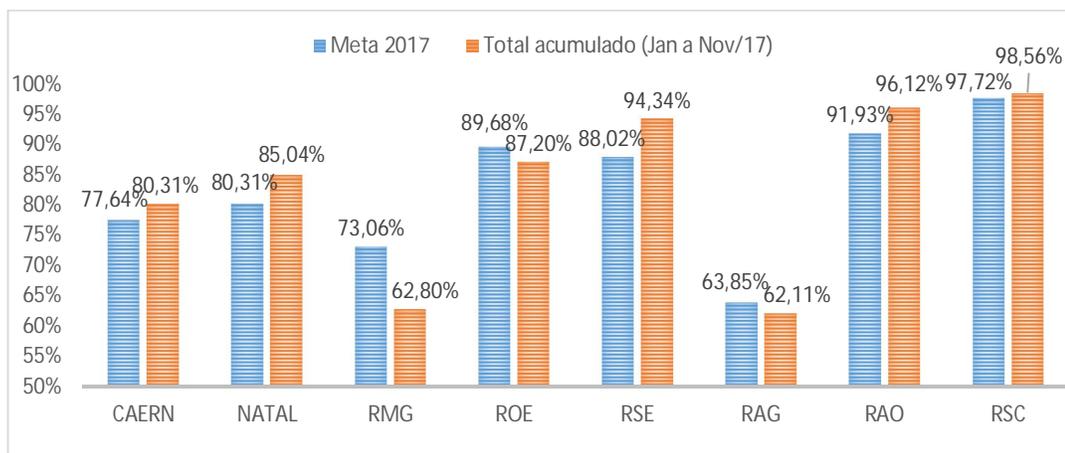
Assim sendo, a CAERN é uma empresa que oferece os serviços de tratamento de água e de efluentes domésticos e industriais como uma forma de minimizar o impacto ambiental no meio ambiente em detrimento das necessidades vitais de cada ser humano. Somos conscientes e sabemos que quanto mais unidades habitacionais do Rio Grande do Norte forem contempladas com água tratada e esgotamento sanitário, estamos cuidando e contribuindo com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Demonstrativo das Perdas Físicas da CAERN - 2017



3.2. Índice de macromedição



3.3. Índices relacionados ao consumo de Energia Elétrica

Nº	INDICADORES	EQUAÇÃO	UNIDADE		SENTIDO	INDICADORES DE DEZ2017							
						CAERN	NATAL	RMG	ROE	RSE	RAG	RAO	RSC
11	Índice de consumo de energia elétrica em SAA	Consumo Total EE A / V. Produzido + V.I	kWh/m³	Real 17	↘	0,9967	0,5204	0,9787	1,3499	1,6381	1,3613	1,9250	0,8639
				Meta 17		0,9823	0,5315	0,9585	1,3869	1,8850	1,2948	1,6130	0,7115
12	Índice de consumo de energia elétrica em SES	Consumo total de EE nos SES / Volume de esgoto coletado	kWh/m³	Real 17	↘	0,4784	0,6002	0,9163	0,1812	0,0672	0,7373	0,0491	0,3327
				Meta 17		0,4605	0,5910	0,4419	0,1572	0,1052	0,8651	0,1307	0,3126
13	Índice de despesas consumo EE em SAA e SES	Despesas com EE / Consumo total de EE (KWh) nos SAA e SES*1000	R\$/kWh	Real 17	↘	458,64	469,50	449,95	437,84	521,25	450,96	466,31	460,82
				Meta 17		509,78	507,26	493,99	496,59	600,34	499,11	552,69	515,41

4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

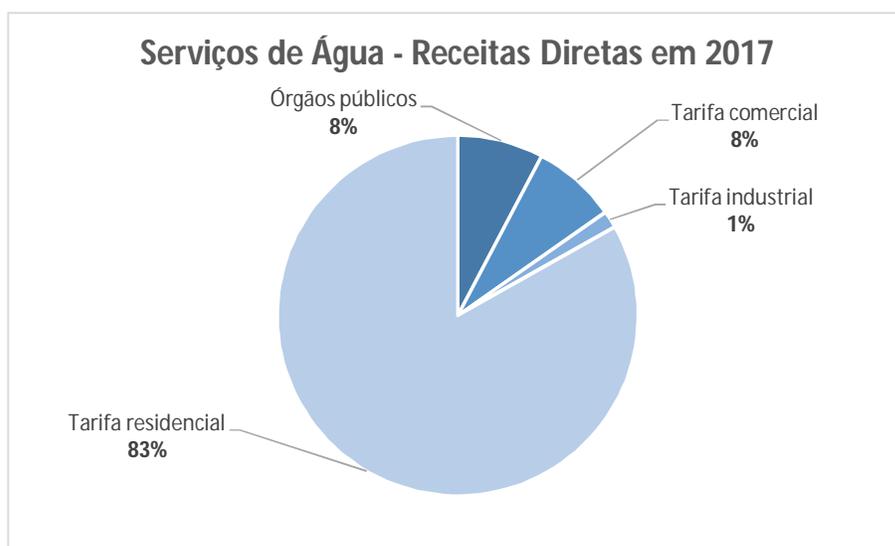
Receitas

A receita operacional líquida da CAERN consiste na composição dos serviços de captação, tratamento e abastecimento d'água e nos serviços de tratamento e coleta de esgotos deduzidos do PIS, COFINS e da taxa de regulação sobre o faturamento.

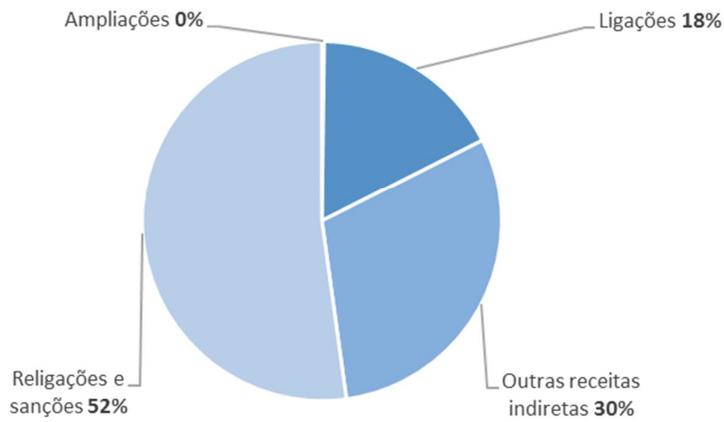
Em 2017 apresentou um crescimento de 9,32% em relação ao período anterior, alcançando R\$ 574 milhões. Esse crescimento se deve ao aumento do número de economias registradas no exercício de 2017.

Receita Líquida de Serviços de Água e Esgoto				
Produto	31/12/2017	31/12/2016	Var. Abs	Var. %
Receita de Água	529.427	488.120	41.307	8,46%
Receita de Esgoto	104.599	96.021	8.578	8,93%
(-) COFINS	(48.191)	(45.265)	(2.927)	6,47%
(-) PIS	(10.463)	(9.786)	(677)	6,92%
Taxa de regulação sobre o faturamento	(580)	(3.304)	2.725	-82,46%
Receita Líquida	574.792	525.786	49.006	9,32%

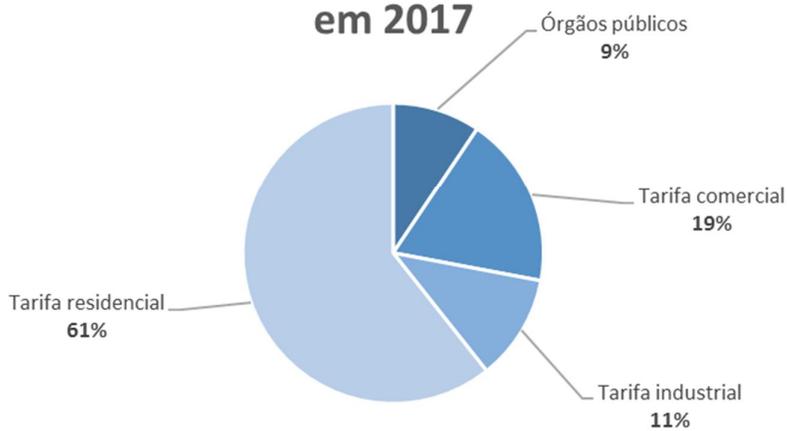
A receita predominante de água e esgoto corresponde a Receitas Diretas com Tarifas Residenciais.



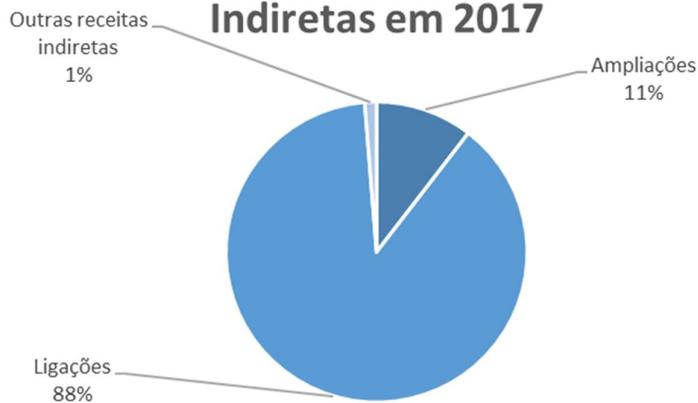
Serviços de Água - Receitas Indiretas em 2017



Serviços de Esgotos - Receitas Diretas em 2017

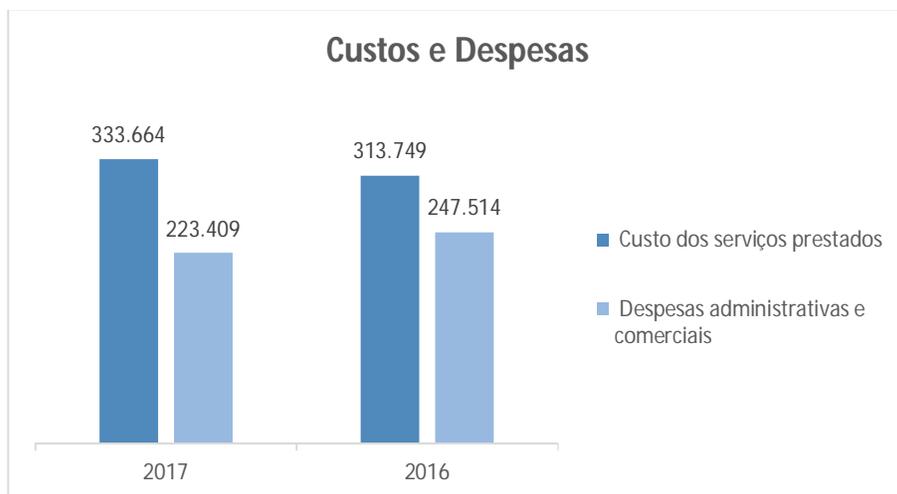


Serviços de Esgotos - Receitas Indiretas em 2017



Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados e a despesas comerciais e administrativas atingiram o montante de R\$ 551.309 mil em quanto que no exercício de 2016 o total foi de 561.263 mil.



Resultado

O Resultado Líquido Operacional, em 2017 apresentou um lucro de R\$ 17.546 mil, e em 2016 houve um prejuízo operacional de R\$ 35.581 mil, variação justificada pelo aumento da receita líquida e diminuição dos custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas.



DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Lucro/prejuízo líquido	13.793	(21.132)
(+) Imposto de Renda e Contribuição social sobre o lucro líquido	7.329	(10.552)
(+) Despesas financeiras	14.584	18.529
(-) Receitas financeiras	(23.925)	(22.427)
(+) Depreciação/amortização	39.707	35.573
(=) EBITDA	51.489	(9)

(+) Constituição de provisões para contingências	0	38.374
(-) Reversão de provisões para contingências	(30.670)	0
(+) Provisões acordos judiciais e Plano de demissão voluntário	12.561	0
(=) EBITDA AJUSTADO	33.380	38.365

Margem EBTIDA (razão entre o EBITDA ajustado e a Receita operacional líquida) 5,81% 7,30%

Investimentos

Intangível	(+) Adições ocorridas 2016	(+) Adições ocorridas 2017
Sistemas de abastecimento de	3.386	5.100
Sistemas de esgoto sanitário	461	877
Obras em andamento sistemas	17.930	26.015
Obras em andamento sistemas	75.419	86.543
Estoque para obras	554	-
TOTAL	97.750	118.535

Imobilizado	(+) Adições ocorridas 2016	(+) Adições ocorridas 2017
Edificações	555	276
Veículos leve	1.818	7
Móveis e utensílios	772	271
Equipamentos de informática	184	355
Máquinas e equipamentos	793	2.530
Outros	99	-
	4.222	3.439

Recursos Humanos

Gestão de Pessoas

A CAERN que tem como um dos seus valores organizacionais a valorização do ser humano, tem em seu quadro de pessoal 2.302 empregados próprios, distribuídos na Administração Central, Natal e nas seis demais regionais do Estado (dados do Balanço Social, em 31/12/2017). Além desse pessoal próprio, a Companhia também conta com a força de trabalho de menores aprendizes, estagiários e terceirizados.

No aspecto de Desenvolvimento Humano, destacam-se: o processo de atualização do "Plano de Cargos Carreira e Remuneração - PCCR", que atualmente se encontra na Delegacia Regional do Trabalho para sua homologação; Avaliação de Desempenho por Competência concluída em outubro de 2017; ferramenta importante para subsidiar a política de treinamento no âmbito geral da empresa; Adequação do código de "Conduta Integridade e Ética" a Lei 13.303; Renovação no quadro de pessoal com admissão de 162 candidatos e demissão de 155; Contratação da empresa ACERBI objetivando a capacitação de 140 gestores do 1º e 2º escalão com o curso de Desenvolvimento Gerencial; Implantação de nova versão do sistema de controle de pessoal atendendo as novas normas do E-Social; Contratação de consultoria e realização do mapeamento da folha de pagamento de pessoal e a *compliance* da mesma;

Especificamente quanto a capacitação de pessoal que é um dos objetivos estratégicos basilares do Planejamento Estratégico 2017-2021 da Companhia merecem destaque: Curso de Tripulação de embarcação no serviço público; Treinamento para a utilização segura de máquinas, uso e manuseio de motosserra; Treinamento para motociclistas; Treinamento para o uso de martelete; Treinamento

de qualidade no atendimento ao cidadão; Desenvolvimento de equipe; Reciclagem nos procedimentos comerciais; Procedimentos operacionais da área comercial; Gestão de projetos Lyfe Cycle Canvas; Curso de excelência em gestão 21ª edição MEG 21; Curso de execução orçamentária; Certificação do modelo de gestão de projetos Lyfe Cycle Canvas; Regulação dos serviços de saneamento teoria e prática 2017; Excel avançado; Gestão de patrimônio público, e; Gestão de riscos na administração pública e nos contratos administrativos, dentre outros nas áreas de empreendimentos e operação, mobilizando diretamente mais de 200 empregados.

Por fim, as ações inerentes ao Programa de Qualidade de Vida no trabalho tiveram diversas ações trabalhadas em 2017, a saber: Orientações ao colaborador (1.168); atendimento multiprofissional (32); mediação de conflitos (51); ações educativas por meio de campanhas, palestras e filmes temáticos; ginástica laboral; alimentação saudável; feira semanal de produtos orgânicos; grupo CAERN de apoio ao dependente de álcool e outras drogas; semana de orientação ao enfrentamento ao uso de drogas; programa de integração do novo colaborador; programa de preparação para a aposentadoria; atividades culturais com o Coral Som das Águas, e; eventos temáticos mensais, totalizando em torno de 2.300 empregados beneficiados com essas ações.

Todas essas ações demonstram que em 2017, a CAERN continuou investindo no seu principal ativo que é o seu quadro de pessoal, em busca da excelência na prestação do serviço público de qualidade.

Balanço Social Anual - 2017

Empresa: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RN - CAERN

1 - Base de Cálculo	2017 Valor (Mil reais)			2016 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	574.792			525.786		
Resultado operacional (RO)	17.546			(35.581)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	206.457			169.111		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	22.516.093	10,91%	3,92%	22.756.597	13,46%	4,33%
Encargos sociais compulsórios	46.992.718	22,76%	8,18%	35.324.140	20,89%	6,72%
Previdência privada	1.836.184	0,89%	0,32%	1.685.765	1,00%	0,32%
Saúde	19.550.606	9,47%	3,40%	9.756.190	5,77%	1,86%
Segurança e saúde no trabalho	208.110	0,10%	0,04%	136.122	0,08%	0,03%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	3.465	0,00%	0,00%	21.201	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	341.264	0,17%	0,06%	178.557	0,11%	0,03%
Creches ou auxílios-creche	720.288	0,35%	0,13%	634.389	0,38%	0,12%
Participação nos lucros ou resultados	6.445.201	3,12%	1,12%	6.284.336	3,72%	1,20%
Outros	498.705	0,24%	0,09%	917.489	0,54%	0,17%
Total - Indicadores sociais internos	99.112.634	48,01%	17,24%	77.694.786	45,94%	14,78%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	102.432	0,58%	0,02%	18.500	-0,05%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	16.270.667	92,73%	2,83%	14.045.482	-39,47%	2,67%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	16.373.099	93,32%	2,85%	14.063.982	-39,53%	2,67%
Tributos (excluídos encargos sociais)	73.832.778	420,80%	12,85%	44.498.694	-125,06%	8,46%
Total - Indicadores sociais externos	90.205.877	514,12%	15,69%	58.562.676	-164,59%	11,14%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da e	16.270.667	92,73%	2,83%	14.045.482	-39,47%	2,67%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	102.432	0,58%	0,02%	18.500	-0,05%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	16.373.099	93,32%	2,85%	14.063.982	-39,53%	2,67%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2017			2016		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.302			2.295		
Nº de admissões durante o período	162			61		
Nº de demissões durante o período	155			77		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	289			279		
Nº de estagiários(as)	272			253		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.025			1.009		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	281			292		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,24%			20,89%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	131			120		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,38%			10,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	51			29		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2017			2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,65			15,85		
Número total de acidentes de trabalho	135			116		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	(X) não serão	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 236.305	no Procon 26.431	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 89,94 %	no Procon 10,06%	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2017: R\$ 360.399			Em 2016: R\$ 162.148		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20,5% go verno 3,8 %acionistas	70,1%colaborado res(as) 5,6 %terceiros		27,4% governo -2,9%acionistas	71,4%colaborado res(as) 14,1%terceiros	
7 - Outras Informações	A CAERN é uma empresa que oferece os serviços de tratamento de água e de efluentes domésticos e industriais como uma forma de minimizar o impacto ambiental no meio ambiente em detrimento das necessidades vitais de cada ser humano. Somos conscientes e sabemos que quanto mais unidades habitacionais do Rio Grande do Norte forem contempladas com água tratada e esgotamento sanitário, estamos cuidando e contribuindo com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.					

5. GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A CAERN é uma empresa de economia mista, com capital fechado, por isso não negocia ações em bolsa de valores. Sua estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Diretoria Executiva.

Ao longo do ano de 2017, a CAERN promoveu diversas ações visando adequar a empresa ao que preceitua a Lei 13.303/2016, principalmente, no tocante aos itens inerentes as práticas de “*compliance*” e a criação de um comitê estatutário para verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal.

As referidas medidas visam que a CAERN possa buscar permanentemente a evolução de seu ambiente de negócios e continuar dirigindo sua estrutura de governança, enfatizando, especialmente, os seguintes itens: transparência da informação, tratamento equitativo das pessoas, execução da prestação de contas de forma clara, concisa e tempestiva, além da promoção da responsabilidade corporativa.

6. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores independentes foram realizados de forma imparcial, conforme preceitua a legislação e as normas contábeis inerentes ao trabalho. Dessa forma, a CAERN garante em sua política institucional total imparcialidade na opinião dos auditores externos, inclusive fornecendo amplo acesso dos profissionais aos setores da companhia. Possibilitando, dessa forma, a realização dos testes de observância e substantivos inerentes a atividade de auditoria.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Balanço Patrimonial - Ativo
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Ativo	31.12.2017	Reapresentado	Reapresentado
		(Nota 2.1)	(Nota 2.1)
		31.12.2016	01.01.2016
Circulante	255.077	220.413	181.301
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	103.845	80.662	59.008
Contas a receber (Nota 4)	105.271	101.938	86.672
Estoques para operação (Nota 5)	17.262	13.921	26.263
Tributos a recuperar (Nota 6)	7.727	13.111	8.030
Adiantamentos	2.401	2.292	490
Depósitos Judiciais (Nota 7)	18.256	8.488	839
Despesa do exercício seguinte	315	1	0
Não circulante	1.054.395	976.773	899.623
Contas a receber (Nota 4)	3.951	4.296	5.398
Créditos Fiscais (Nota 8)	38.086	45.415	33.134
Créditos de acionistas	5.920	0	429
Investimentos	21	21	21
Imobilizado líquido (Nota 9)	31.899	33.180	33.479
Intangível líquido (Nota 10)	974.517	893.861	827.162
Total do ativo	1.309.472	1.197.186	1.080.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Balanço Patrimonial - Passivo e patrimônio líquido
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

		Reapresentado (Nota 2.1)	Reapresentado (Nota 2.1)
Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
Circulante	109.627	89.495	77.351
Fornecedores de bens e serviços (Nota 11)	18.515	25.908	31.194
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	4.128	4.503	4.570
Obrigações tributárias (Nota 13)	22.917	11.341	8.923
Obrigações sociais (Nota 14)	29.681	20.685	16.712
Plano de Demissões Voluntário e Acordos Judiciais (Nota 15)	7.781	2.463	1.920
Parcelamento de Tributos (nota 16)	408	361	361
Parcelamento de Energia (Nota 17)	26.197	24.235	13.670
Não circulante	505.376	428.275	308.840
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	1.754	5.882	10.385
Plano de Demissões Voluntário e Acordos Judiciais (Nota 15)	4.780	-	-
Parcelamento de Tributos (nota 16)	4.641	3.050	3.411
Parcelamento de Energia (Nota 17)	95.238	110.333	126.604
Obrigações para demandas judiciais (Nota 18)	38.089	68.759	30.385
Subvenção Governamental (Nota 19)	360.874	240.251	138.055
Total do passivo	615.003	517.771	386.191
Patrimônio Líquido (Nota 20)	694.469	679.416	694.734
Capital social	854.328	854.328	852.716
Reserva de Capital	117.360	117.360	117.360
Reserva de reavaliação	3.963	3.963	3.963
Prejuízos acumulados	(291.027)	(304.820)	(283.688)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.845	8.585	4.383
Total do passivo e do Patrimônio Líquido	1.309.472	1.197.186	1.080.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Demonstração do Resultado
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Descrição	Reapresentado (Nota 2.1)	
	2017	2016
Receita líquida dos serviços prestados (Nota 21)	574.792	525.786
Custo dos serviços prestados (Nota 22)	(333.664)	(313.749)
Lucro bruto	241.128	212.037
Despesas administrativas (Nota 23)	(128.344)	(151.921)
Despesas comerciais (Nota 23)	(95.065)	(95.593)
Despesas tributárias (Nota 24)	(7.270)	(1.107)
Outras receitas operacionais (Nota 25)	1.333	1.002
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro	11.782	(35.581)
Receitas financeiras (Nota 26)	23.925	22.427
Despesas financeiras (Nota 27)	(14.584)	(18.529)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	21.123	(31.683)
Imposto de renda e Contribuição Social (Nota 28)	(7.329)	10.552
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	13.793	(21.132)
Lucro Líquido por ação do capital social no fim do exercício	0,0161	(0,0247)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016	852.716	117.360	3.963	4.383	(283.688)	694.734
Aumento de capital -AGO/AGE - 29/04/2016	1.612			(1.612)		-
Créditos para futuro aumento de capital				5.813		5.813
Resultado do Período					(21.132)	(21.132)
Em 31 de dezembro de 2016	854.328	117.360	3.963	8.585	(304.820)	679.416
Mutações do Exercício 2016	1.612	-	-	4.201	(21.132)	(15.318)
Em 1º de janeiro de 2017	854.328	117.360	3.963	8.585	(304.820)	679.416
Créditos para futuro aumento de capital				1.260		1.260
Resultado do Período					13.793	13.793
Em 31 de dezembro de 2017	854.328	117.360	3.963	9.845	(291.027)	694.469
Mutações do Exercício 2017	-	-	-	1.260	13.793	15.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Descrição	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Exercício	21.123	(31.683)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	39.707	35.573
Provisão/reversão para devedores duvidosos	55.837	47.325
Provisão/reversão para Contingências	(30.670)	38.374
Juros e variações monetárias	5.707	8.799
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(58.824)	(61.489)
Estoques	(3.341)	12.341
Tributos a recuperar	5.383	(5.081)
Adiantamentos concedidos	(109)	(1.802)
Depósitos judiciais	(9.768)	(7.649)
Outros ativos	1.095	(11.853)
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	(8.797)	(5.246)
Obrigações tributárias	14.829	1.859
Outras obrigações	17.247	5.034
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	49.417	24.502
Imposto de renda e contribuição pagos/restituídos	(7.329)	10.552
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	42.087	35.054
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e ativo intangível	(119.082)	(101.972)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	(119.082)	(101.972)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(4.950)	(5.182)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(143)	(585)
Amortizações de parcelamentos de serviços	(16.613)	(13.670)
Receitas diferidas	120.623	102.196
Créditos para futuro aumento de capital	1.260	5.813
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	100.177	88.573
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	23.183	21.655
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	103.845	80.662
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	80.662	59.008
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	23.183	21.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Demonstração do valor adicionado
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITAS	579.521	603.693
Prestação de serviços de água e esgoto	634.025	602.691
Outras receitas	1.333	1.002
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(55.837)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(194.875)	(408.374)
Custo dos serviços prestados	(160.749)	(278.176)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(34.126)	(130.197)
Outras despesas operacionais		
VALOR ADICIONADO BRUTO	384.646	195.319
Depreciação e amortização	(39.707)	(35.573)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	344.939	159.747
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	23.925	3.876
Receitas financeiras	23.925	3.876
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	368.864	163.623
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	252.424	115.841
Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	252.424	115.841
Impostos, taxas e contribuições	73.833	44.499
Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	73.833	44.499
Remuneração de capitais de terceiros	28.814	24.415
Juros e atualização monetária	14.584	22.940
Alugueis	14.230	1.476
Remuneração de capitais próprios	13.793	(21.132)
Reservas de lucros	13.793	(21.132)
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	368.864	163.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município do Natal, estado do Rio grande do Norte, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978.

A CAERN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia atua na captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos no Estado do Rio Grande do Norte.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atuava em 157 municípios no Estado do Rio Grande do Norte (158 municípios em dezembro de 2016), em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As 10 (dez) principais concessões da companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

	Faturamento	Número de economias	Término concessão
Natal	260.027	325.655	30/04/2027
Mossoró	73.761	100.909	14/07/2025
Parnamirim	54.937	94.080	27/11/2010 (a)
Caicó	13.384	25.620	18/07/2041
Macaíba	9.213	20.930	29/08/2031
Assú	8.616	17.584	23/07/2029
Macau	6.765	11.154	26/04/2033
Nova cruz	6.080	12.770	17/12/2009 (b)
Currais novos	5.718	14.992	31/12/2016 (a)
Areia Branca	5.625	8.295	19/06/2041

Legendas:

(a) Não há contrato, porém existe termo de compromisso, que se encontra vencido.

(b) O contrato está vencido e não possui nenhum documento que suporte a relação contratual entre a companhia e o município

As demonstrações foram aprovadas pela administração em data em 22 de março de 2018.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto no tocante a aplicação do teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e do ativo intangível, pois a companhia, atualmente, está elaborando um edital de licitação para a contratação de uma empresa em que efetuará o referido serviço, bem como a definição do valor residual de todos os bens que estão sob controle da companhia.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Dessa forma, estão inclusos nas estimativas e julgamentos da Administração os itens como: a seleção de vidas úteis do ativo intangível, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A administração realiza a revisão contínua das suas estimativas e premissas, ensejando no reconhecimento dos seus efeitos no exercício em que as mesmas são revisadas.

2.2. Reapresentação das cifras comparativas

A CAERN considerou relevante durante o exercício 2017, a necessidade de mudança de política contábil com relação aos efeitos dos contratos de concessão, ocasionando reclassificação de valores do ativo imobilizado para intangível e outras para melhor apresentação, conforme notas 9, 10, 13, 23. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 1º de janeiro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

2.2.1 Efeitos da reapresentação

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Balanco patrimonial	Original	31 de dezembro de 2016	
		Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante	220.413		220.413
Não circulante	976.773		976.773
Contas a receber	4.296		4.296
Créditos Fiscais	45.415		45.415
Créditos de acionistas	-		-
Investimentos	21		21
Imobilizado líquido	927.041	(893.861)	33.180
Intangível líquido	-	893.861	893.861
Total do ativo	1.197.186		1.197.186
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante	89.495		89.495
Passivo não circulante	428.275		428.275
Patrimônio líquido	679.416		679.416
Total do passivo e patrimônio líquido	1.197.186		1.197.186

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.5. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.5.1. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Considera-se como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço, sendo estes classificados no ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia são compostos por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contratos de concessão indenizáveis, e adiantamentos e convênios.

2.5.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia possua a intenção e a capacidade de manter títulos da dívida até o vencimento, então tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Ao ser reconhecido, são registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, Plano de incentivo a aposentadoria e garantias contratuais de fornecedores.

2.7. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso possuam prazo superior, são classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas da provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dentre os indicadores de que o contas a receber pode não ser recuperável estão: dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com o pedido de falência ou concordata, falta de pagamento ou inadimplência (títulos vencidos há mais de 180 dias).

2.8.1. Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Essa provisão é fundamentada na análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Contas a receber de valores até R\$ 15 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado.

2.9. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. As provisões para perdas de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de matérias estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados à execução de obras estão classificados no ativo intangível em obras em andamento.

2.10. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC-01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e a Lei nº 11.445/2007, Marco Regulatório.

No ano calendário de 2017, a companhia promoveu uma reclassificação do valor do ativo imobilizado para o ativo intangível, nos casos em que tratar-se de bens vinculados a concessão, conforme preceitua o OCPC 05.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar de forma pretendida pela Companhia.

O intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Dessa forma, os encargos financeiros capitalizados serão depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do ativo intangível aos quais foram incorporados. Cessa-se a amortização do ativo intangível no momento em que o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

2.10.1. Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para serem utilizadas. Sendo amortizadas linearmente durante a sua vida útil estimada de cinco anos.

2.11. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam por serem bens de uso geral e edificações da Companhia. O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Inclui-se no custo histórico os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que possam ser mensurados com segurança e a vida útil for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são os seguintes:

Classes de ativos	2017-2016	
	Anos	%
Edificações e estruturas	25	4
Móveis e utensílios	10	10
Veículos e equipamentos de transporte	5	20
Máquinas e equipamentos	10	10
Computadores e periféricos	5	20

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação devem ser revistos a cada data de apresentação do balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Entende-se como valor recuperável de um ativo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, refletindo as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para fins de aplicação do teste de recuperabilidade, os ativos não podem ser testados individualmente, assim são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, sendo em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua Unidade Geradora de Caixa exceda seu valor recuperável estimado.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Na avaliação da Companhia, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixas futuros, tal afirmação é fundamentada no valor, atualmente, registrado em sua contabilidade.

2.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso o pagamento ocorra em período superior, então serão apresentados como ativo não circulante.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado. Caso ocorra diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, então é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

2.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que ocorra uma saída necessária de recursos para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando existe uma série de obrigações similares, a probabilidade da Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda corrente registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro líquido ajustado), às alíquotas aplicáveis, segundo a legislação vigente, que é de 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais.

A contribuição social corrente registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas efetivas de imposto promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.17. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

A Companhia possui algumas obrigações de benefícios de curto prazo aos empregados, sendo essas reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente é prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago, caso exista uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do serviço que foi prestado pelo empregado, além de a obrigação ser possível de ser estimada de forma confiável.

2.17.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia oferece aos seus empregados um plano de contribuição definida chamado de CAERN PREV, com o intuito de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS). Dessa forma, a Companhia realiza contribuições fixa e mensais ao plano CAERN PREV, cuja a administração é realizada pela Instituição Financeira do Banco do Brasil Previdência. A Companhia faz contribuições para o CAERN PREV de forma obrigatória e contratual, aos empregados que aderiram ao plano, sendo essas contribuições reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado do exercício durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

2.17.2. Participação nos resultados

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas objetivas estipuladas pela diretoria e divulgadas aos colaboradores, conforme preceitua o manual de participação nos resultados e a Lei 10.101/2000 e suas alterações.

2.18. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita diferida, no Passivo não circulante, durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, conforme preceitua o CPC 07.

2.19. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

2.20. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, abatimentos e descontos.

2.21. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita com juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.22. Demonstração do valor adicionado

A companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Bens Numerários - Caixa	137	55	108
Depósito bancários	5.683	2.111	4.776
Livres em conta corrente	2.332	3.343	1.671
Vinculados em conta corrente	3.350	(1.232)	3.105
Aplicações financeiras	98.025	78.495	54.124
Recursos próprios	13.138	22.898	8.899
Recursos vinculados	84.888	55.598	45.225
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>103.845</u>	<u>80.662</u>	<u>59.008</u>

Período base findo em:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2016</u>
	Original		(Reapresentado)
Bens Numerários - Caixa	55	-	55
Depósito bancários	2.111	1.232	3.343
Livres em conta corrente	3.343	-	3.343
Vinculados em conta corrente	(1.232)	1.232	-
Aplicações financeiras	78.496	(1.232)	77.264
Recursos próprios	22.898	-	22.898
Recursos vinculados	55.598	(1.232)	54.366
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>80.662</u>	<u>-</u>	<u>80.662</u>

Em 31/12/2017, a Companhia possuía em depósitos bancários a importância de R\$ 5.682, sendo R\$ 2.332 recursos de livre movimentação e R\$ 3.350 recursos vinculados à aplicação dos recursos em obras de saneamento, ou seja, são recursos com destinação específica obtidos mediante convênio. Nos exercícios de 2017 e de 2016, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração média é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2017, foi de 99,1% a 99,6%, calculada e apropriada mensalmente. Do montante de R\$ 98.025 em 31 de dezembro de 2017, R\$ 84.888 refere-se a recursos vinculados à aplicação dos recursos destinados particularmente a obras de expansão da CAERN, devendo ser aplicado exclusivamente para esse fim, o restante, R\$ 13.137, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

3.2 - Movimentação das aplicações financeiras

<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
-------------------	-------------------	-------------------

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Saldo inicial	78.495	54.124	57.775
Novas aplicações	454.872	444.368	421.830
Rendimentos	4.979	3.689	5.089
Resgates	(440.321)	(423.686)	(430.570)
Saldo final	98.025	78.495	54.124

Os ativos financeiros possuem características de curto prazo, de alta liquidez, com baixo risco de variação de valor e são constituídos somente com valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. Contas receber de clientes e outros recebíveis

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
<u>Circulante</u>			
Recebíveis dos serviços de água e esgoto	443.560	382.468	307.635
Parcelamentos de conta de água e esgoto	11.072	11.487	25.916
Financiamentos de serviços	3.230	3.981	2.288
Arrecadação em processo de classificação	2.762	2.283	1.391
(-) Pagamentos em duplicidade	(1.404)	(266)	(206)
(-) Outros valores	(2.683)	(2.587)	(2.186)
Total Antes do PECLD	456.536	397.366	334.838
(-) Perda Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa (PECLD)	(351.265)	(295.428)	(248.166)
Total Após o PECLD	105.271	101.938	86.672
<u>Não circulante</u>			
Parcelamentos de contas de água e esgoto	3.918	4.284	4.660
Financiamentos de serviços	32	12	738
	3.951	4.296	5.398
Total	109.222	106.234	92.070

Os vencimentos dos recebíveis dos serviços de água e esgoto são como seguem:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
A Vencer	25.788	25.714	22.903
Vencidos de 01 a 30 dias	26.580	24.755	21.217
Vencidos de 31 A 60 dias	16.531	15.205	14.054
Vencidos de 61 A 90 dias	10.377	10.799	9.400
Vencidos de 91 A 120 dias	8.729	8.443	7.279
Vencidos de 121 A 180 dias	15.099	14.808	12.623
Vencidos acima de 181 dias	357.383	302.190	253.701
	460.487	401.916	341.177

Perda Estimativa com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

A Companhia adota como estimativa para cálculo de PECLD as seguintes regras:

- i) Clientes com a receber vencidos há mais de 180 dias e valor até R\$ 15.099;
- ii) Clientes com a receber vencidos há mais de 1 ano e valor maior que R\$ 15.099 e até 100.000, desde que mantida a cobrança administrativa.

A PECLD apresenta a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Saldo Inicial	(295.428)	(248.166)	(212.650)
Constituição e reversão	<u>(55.837)</u>	<u>(47.262)</u>	<u>(35.516)</u>
Saldo final	<u>(351.265)</u>	<u>(295.428)</u>	<u>(248.166)</u>

5. Estoques

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Materiais em almoxarifado	15.012	13.921	22.803
Materiais em trânsito	<u>2.250</u>	<u>-</u>	<u>3.459</u>
	<u>17.262</u>	<u>13.921</u>	<u>26.263</u>

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

6. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Programa de Integração Social (Pis) - Lei 10.637/02	416	1.603	1.061
Cont. Financ. Segur. Social (Cofins) - Lei 10.833/03	1.917	7.383	4.888
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	3.722	2.755	1.264
Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar	960	760	208
Tributo pago a maior (Parcelamento Lei No. 12.996)	610	610	610
Tributo pago a maior (Parcelamento MP No. 783)	101	-	-
Tributo pago a maior - PCC	0	-	-
Tributo pago a maior - ISS	2	-	-
	<u>7.727</u>	<u>13.111</u>	<u>8.030</u>

Programa de Integração Social (PIS) - Lei 10.637/02 e Cont. Financ. Segur. Social (COFINS) - Lei 10.833/03

Os créditos de PIS e COFINS em 2017 foram decorrentes de bens e serviços utilizados como insumos, energia elétrica e créditos de 1/24 avos da depreciação de imobilizado.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

O saldo da conta sintética Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar é composta pelas seguintes contas analíticas: IRRF sobre aplicação financeira, IRPJ saldo negativo, provisão retenção IRRF (aplicação financeira) e IRRF pago a maior.

O IRPJ saldo negativo é formado quando, durante o período de apuração (anual no caso da Companhia), a empresa recolhe valores de IRPJ que resultam superiores ao que efetivamente apuram como devido ao final do mesmo período.

Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar

O saldo da conta sintética Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é composto somente pela conta CSLL saldo negativo. O saldo desta conta é derivado de pagamentos durante o período de apuração (anual), maiores que o valor devido ao final do mesmo período. Esse valor pode ser compensado em períodos subsequentes.

Tributo pago a maior (Parcelamento MP nº 783)

O parcelamento de que trata a MP nº 783, do qual foi gerado um crédito de tributo devido a pagamento a maior, é um benefício previsto que tem por objetivo a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017.

Tributo pago a maior (Parcelamento Lei nº 12.996)

O parcelamento da Lei nº 12.996, do qual foi gerado um crédito de tributo devido a pagamento a maior, instituiu a possibilidade de parcelamento ou de pagamento à vista de débitos vencidos até 31/12/2013.

7. Depósitos judiciais

Representam ativos da Companhia, relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão arroladas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, sendo a variação no período motivada, em grande parte, por depósitos judiciais recursais da Companhia, e estão assim representados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Depósitos judiciais			
Questões Judiciais	(18.256)	(8.488)	(839)
	<u>(18.256)</u>	<u>(8.488)</u>	<u>(839)</u>

Os processos trabalhistas relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente as ações trabalhistas relativas ao divisor aplicado no cálculo das horas extras.

8. Créditos Fiscais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	22.926	20.685	21.259
Créditos intertemporais - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	9.522	17.190	7.596
Base de cálculo negativa - Contribuição Social s/Lucro Líquido (CSLL)	2.209	1.353	1.545
Créditos intertemporais - Contribuição Social s/Lucro Líquido (CSLL)	3.428	6.188	2.735

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

<u>38.086</u>	<u>45.415</u>	<u>33.134</u>
---------------	---------------	---------------

Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa é decorrente do resultado negativo da base de cálculo do lucro real (regime tributário da CAERN), na apuração de IRPJ e da CSLL. A legislação do Imposto de Renda permite que eventuais prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores sejam compensados com os lucros apurados posteriormente da pessoa jurídica tributada pelo Lucro Real. O prejuízo fiscal compensável é o apurado no Livro de Apuração de Apuração do Lucro Real - LALUR. Entretanto, a compensação de tais tributos é limitada a 30% do lucro real antes da compensação.

Diante disto, existem alguns eventos e transações geradores de receitas e despesas que são reconhecidos de forma diferenciada pela legislação fiscal em relação à regulamentação contábil.

Em alguns casos, essas diferenças de tratamento são somente intertemporais, ou seja, algumas receitas e despesas são reconhecidas pela legislação fiscal em momento distinto da escrituração contábil. Nesse contexto, os efeitos desses eventos devem ser ajustados na apuração do resultado tributário, o qual, no Brasil, é denominado Lucro Real. Por conseguinte, há uma diferença intertemporal entre o lucro contábil e o lucro tributável, que se anula no longo prazo.

De uma forma geral, a Companhia deve reconhecer a despesa tributária incidente sobre o lucro contábil no período corrente, anulando-se as diferenças intertemporais existentes.

Assim, as diferenças intertemporais provocadas por valores não dedutíveis da base de tributação no período corrente que poderão vir a ser dedutíveis em períodos subsequentes ensejando em créditos fiscais.

9. Imobilizado

O imobilizado está assim distribuído:

		<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
	*Taxas de Depreciação	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Custo Líquido</u>	<u>Custo Líquido</u>
Custo					
Edificações	4%	21.831	(3.758)	18.073	17.475
Veículos leve	20%	23.672	(16.171)	7.501	8.811
Móveis e utensílios	10%	7.774	(1.430)	6.344	421
Equipamentos de informática	20%	1.944	(1.295)	649	187
Máquinas e equipamentos	10%	18.807	(15.399)	3.408	6.106
Outros	-	1.374	(5.451)	(4.077)	479
		75.402	(43.503)	31.899	33.180
				33.479	

A mutação do imobilizado ocorrida entre os exercícios de 2016 e 2017 foi a seguinte:

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	<u>Edificações</u>	<u>Veículos leves</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2016							
Custo	20.999	21.847	6.731	1.405	15.484	1.275	67.741
Depreciação acumulada	(3.525)	(13.036)	(6.311)	(1.218)	(9.378)	(796)	(34.262)
Saldo contábil líquido	17.475	8.811	421	187	6.106	479	33.479
Em 31 de dezembro de 2016							
Saldo inicial	17.475	8.811	421	187	6.106	479	33.479
Aquisições	555	1.818	772	184	793	99	4.222
Alienações							-
Depreciação	(226)	(3.134)	(181)	(37)	(808)	(134)	(4.521)
Saldo contábil líquido	17.804	7.495	1.011	334	6.091	444	33.180
Em 1º de janeiro de 2017							
Custo	21.555	23.665	7.503	1.589	16.277	1.374	71.963
Depreciação acumulada	(3.750)	(16.170)	(6.492)	(1.255)	(10.186)	(930)	(38.783)
Saldo contábil líquido	17.804	7.495	1.011	334	6.091	444	33.180
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	17.804	7.495	1.011	334	6.091	444	33.180
Aquisições	276	7	271	355	2.530	-	3.439
Alienações							-
Depreciação	(7)	(1)	(14)	(40)	(137)	(4.521)	(4.720)
Saldo contábil líquido	18.073	7.501	1.268	649	8.483	(4.077)	31.899
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	21.831	23.672	7.774	1.944	18.807	1.374	75.402
Depreciação acumulada	(3.758)	(16.171)	(6.506)	(1.295)	(10.323)	(5.451)	(43.503)
Saldo contábil líquido	18.073	7.501	1.268	649	8.483	(4.077)	31.899

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo originário de R\$ 927.041 foi segregado, parte sendo reconhecido como ativo imobilizado no valor de R\$ 33.180 e parte como ativo intangível no valor de R\$ 893.861, devido a adoção do ICPC 01 e OCPC 05, alterando assim o critério de contabilização.

10. Intangível

O intangível está assim distribuído:

				31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
	Taxas de Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido	Custo Líquido
Em Operação						
Sistemas de abastecimento de água	2% a 15%	479.356		127.302	138.762	156.538
Sistemas de esgoto sanitário	2% a 15%	295.043	(352.054)	192.533	210.113	219.541
		<u>774.399</u>	<u>(102.510)</u>	<u>319.835</u>	<u>348.875</u>	<u>376.079</u>
			<u>(454.564)</u>			
Em Andamento						
Sistemas de abastecimento de água	2% a 15%	259.007	-	259.007	232.992	215.062
Sistemas de esgoto sanitário	2% a 15%	374.417	-	374.417	287.874	212.455
Estoque para obras	-	21.259	-	21.259	24.120	23.567
		<u>654.683</u>	<u>-</u>	<u>654.683</u>	<u>544.986</u>	<u>451.084</u>
		1.429.081	(454.564)	974.517	893.861	827.163

A mutação do intangível ocorrida entre os exercícios de 2016 e 2017 foi a seguinte:

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto sanitário	Obras em andamento sistemas de abastecimento de água	Obras em andamento sistemas de esgoto sanitário	Estoque para obras	Total
Em 1º de janeiro de 2016						
Custo	470.870	293.704	215.062	212.455	23.567	1.215.658
Amortização acumulada	(314.332)	(74.163)	-	-	-	(388.495)
Saldo contábil líquido	156.538	219.541	215.062	212.455	23.567	827.163
Em 31 de dezembro de 2016						
Saldo inicial	156.538	219.541	215.062	212.455	23.567	827.163
Aquisições	3.386	461	17.930	75.419	554	97.750
Amortização	(21.163)	(9.889)	-	-	-	(31.052)
Saldo contábil líquido	138.762	210.113	232.992	287.874	24.120	893.861
Em 1º de janeiro de 2017						
Custo	474.256	294.165	232.992	287.874	24.120	1.313.408
Amortização acumulada	(335.494)	(84.052)	-	-	-	(419.546)
Saldo contábil líquido	138.762	210.113	232.992	287.874	24.120	893.861
Em 31 de dezembro de 2017						
Saldo inicial	138.762	210.113	232.992	287.874	24.120	893.861
Aquisições	5.100	877	26.015	86.543	-	118.535
Transferências	-	-	-	-	(2.862)	(2.862)
Amortização	(16.559)	(18.458)	-	-	-	(35.017)
Saldo contábil líquido	127.302	192.533	259.007	374.417	21.259	974.517
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	479.356	295.043	259.007	374.417	21.259	1.429.081
Amortização acumulada	(352.054)	(102.510)	-	-	-	(454.564)
Saldo contábil líquido	127.302	192.533	259.007	374.417	21.259	974.517

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. A amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não havia reconhecido o ativo intangível, sendo seus saldos compostos no grupo do Ativo Imobilizado, porém, com a adoção dos ICPC 01 e OCPC 05 a Companhia passou a reconhecer o saldo do ativo intangível em R\$ 893.861.

Em 31 de dezembro de 2017 o custo líquido do intangível passou a ser R\$ 974.517, teve um acréscimo de 9% em relação ao custo líquido de 2016.

11. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Fornecedores	17.598	25.360	30.656
Outras contas a pagar	916	548	538
	<u>18.515</u>	<u>25.908</u>	<u>31.194</u>

	<u>31/12/2016</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2016</u>
	Original		Reapresentado
Fornecedores	26.765	(1.405)	25.360
Outras contas a pagar	548		548
	<u>27.313</u>	<u>(1.405)</u>	<u>25.908</u>

	<u>01/01/2016</u>	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2016</u>
	Original		Reapresentado
Fornecedores	32.021	(1.365)	30.656
Outras contas a pagar	538		538
	<u>32.559</u>	<u>(1.365)</u>	<u>31.194</u>

As contas a pagar aos Fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

Compõem o grupo de Outras contas a pagar: a conta depósito para garantia contratual que refere-se a exigência de garantia a fim de assegurar a execução de contrato nos casos de licitação, onde modalidades que a Companhia trabalha são caução em dinheiro, seguro-garantia e fiança bancária; e a conta de depósitos não identificados são os valores creditados nas contas bancárias e que ainda não foram identificados.

12. Empréstimos e financiamentos

A Companhia e o Banco do Brasil mantem dois contratos de empréstimos tipo *Finame* para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos pesados, com taxas de juros de 3,5% a.a e 6,00% a.a., a ser pago em 60 parcelas, sendo: 06 meses de carência e 54 amortizações e a data

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

de liquidação do financiamento será 15/12/2018 e 15/05/2019 respectivamente. A movimentação ocorrida está apresentada a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
Banco do Brasil S/A.	4.128	1.754	5.882	4.503	5.882	10.385
	4.128	1.754	5.882	4.503	5.882	10.385

As mutações ocorridas no período referente aos empréstimos e financiamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2016	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2017
<u>Circulante</u>					
Banco do Brasil S/A.	4.503	(4.946)	443	4.128	4.128
	4.503	(4.946)	443	4.128	4.128
<u>Não circulante</u>					
Banco do Brasil S/A.	5.882	-	-	(4.128)	1.754
	5.882	-	-	(4.128)	1.754
Total	10.385	(4.946)	443	0	5.882

A Companhia vem realizando os pagamentos das parcelas de amortizações junto ao Banco do Brasil S/A, em dia, e vem atualizando os saldos devedores com base nos encargos financeiros pactuados nos contratos.

13. Obrigações tributárias

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições a recolher		
Programa de Integração Social (PIS)	567	524
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	2.632	2.431
Impostos sobre serviços (ISS)	-	525
Taxa de Licença	2.747	-
Taxa de Outorga - DNOCS	1.716	-
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	12.672	3.578
	20.334	7.058
Impostos retidos a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.707	31
Imposto sobre Serviços (ISS) Retido na Fonte	404	0
INSS Retido na Fonte	262	829

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Contribuições Sociais Retidas na Fonte	210	169
	2.583	1.029
Total	22.917	8.088

PIS e COFINS

As receitas de serviços, juros ativos, rendimentos de aplicações financeiras e locações de imóveis estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), no quais são compensados com os créditos contabilizados no ativo, gerando um valor a recolher, caso os débitos sobre a receita superem os créditos, no caso da CAERN totalizaram ao final no exercício de 2017 saldo de R\$ 3.199 mil (R\$ 2.955 mil em 2016).

Taxa de Licença

A Taxa de Licença é um tributo municipal necessário para localização e funcionamento. No ano de 2017, a CAERN teve acesso ao extrato de tributos da secretaria municipal de Natal e verificou-se a existência de algumas pendências, sendo essas reconhecidas no referido ano. Por isso, aplicando-se o conceito de passivo para reconhecimento na demonstração contábil constatado no item 4.4. a) do CPC 00, onde está escrito: “*passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos*”, foi reconhecido esses débitos no ano de 2017.

Em atendimento ao CPC 23, a Companhia reapresentou os períodos 31/12/2016 e 01/01/2016. A reapresentação se deu por motivo de reclassificação do grupo contábil da referida conta.

Taxa de Outorga - DNOCS

A outorga é um instrumento de gestão que está previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos. O objetivo é assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efeito exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos e conceder as águas de domínio da União aos usuários devidos. No caso desta conta contábil, está representando o valor que a Companhia deve ao DNOCS referente a taxa de outorga para ter direito de acesso aos recursos hídricos.

Em atendimento ao CPC 23, a Companhia reapresentou os períodos 31/12/2016 e 01/01/2016. A reapresentação se deu por motivo de reclassificação do grupo contábil da referida conta.

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

O IPTU é um imposto de competência municipal. Seu grande aumento em 2017 em comparação a 2016 deve-se ao fato que a Companhia não estava reconhecendo parte deste tributo anteriormente, por motivo de que seu pagamento se encontrar em discussão no poder judiciário. Mas, após consulta ao setor jurídico da Companhia, foi dada a orientação para a mesma reconhecer o débito existente e impetrar com uma ação judicial a fim pleitear a imunidade tributária. Seu valor no final do exercício 2017 foi R\$ 13 mil (R\$ 4 mil em 2016).

ISS sobre Serviços

A Companhia reteve, sobre o valor a pagar a terceiros, valores referentes à Imposto sobre Serviços (ISS) que totalizaram no exercício de 2017 R\$ 404 (R\$ 525 em 2016).

INSS Retido na Fonte

Esta conta contábil se refere ao INSS retido sobre os serviços tomados de terceiros, onde as alíquotas são em regra geral 11%, e 3,5% para os serviços que enquadram na desoneração da

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

folha e que as empresas fizeram a opção por ela. O valor do INSS retido na fonte totalizou ao final do exercício 2017 foi R\$ 262 (R\$ 829 em 2016).

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Corresponde a soma do Imposto de Renda Retido sobre os serviços tomados de terceiros com o Imposto de Renda Retido sobre a folha de pagamento, totalizando no exercício 2017 R\$ 1.707 (R\$ 1.879 em 2016).

Em 2016 esses dois tipos de Imposto de Renda Retido estavam em duas contas distintas.

Contribuições Sociais Retidas na Fonte

Corresponde a soma dos tributos PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte sobre os serviços tomados de terceiros, totalizando no exercício 2017 R\$ 210 (R\$ 169 em 2016). Em 2016 essas Contribuições Sociais Retidas na Fonte estavam em três contas distintas.

14. Obrigações Sociais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Folha de pagamento e encargos		
Salários a pagar dos funcionários	6.543	2.470
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	-	1.848
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	3.816	3.669
Contribuição Sindical	-	2
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.206	-
Sesi / Senai / Sebrae	20	470
Consignações a recolher	1.219	467
	<u>12.803</u>	<u>8.926</u>
Férias e encargos	<u>16.878</u>	<u>16.069</u>
Total	<u>29.681</u>	<u>24.995</u>
Salários a pagar dos funcionários		

Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados, e baixados conforme o pagamento até a data do balanço, sua escrituração é realizada pelo regime de competência de acordo com a data do fato gerador. A variação é devido a participação de lucros e/ou resultados, concedido pela CAERN anualmente a cada empregado, previamente acordado e com valor definido em resolução da diretoria e de conformidade com a legislação vigente.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Conta de IRRF a Pagar é composta por lançamentos referente a IRRF S/Salários, IRRF S/13°, IRRF S/Férias, IRRF S/Rescisão e IRRF S/ Serviços prestados por Terceiros. Sua escrituração é feita pelo regime de competência de acordo com a data do fato gerador. E a alíquota aplicada, é de acordo com a tabela do IRRF vigente no período. Em 2017 o IRRF foi reconhecido como obrigações tributárias.

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

Saldo da Provisão de INSS é referente ao mês de dezembro de 2017 com vencimento para janeiro de 2018.

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Variação de saldo referente ao FGTS provisionado no mês de dezembro de 2017, com vencimento para janeiro 2018.

Sesi / Senai / Sebrae

O saldo é referente a provisão da contribuição do 13º salário que será pago em janeiro de 2018, as demais provisões de contribuição da competência do mês de dezembro de 2017, foram pagas dentro do próprio período de dezembro de 2017.

Consignações a recolher

É composta por operações de créditos e pensão alimentícia. A Operação de crédito por ocasião da rescisão do Contrato Individual de Trabalho, firmado entre a CAERN e o Empregado contemplado neste acordo, fica a primeira autorizada a efetuar, no respectivo recibo rescisório, o desconto do saldo devedor do empregado, até o limite permitido em Lei, originário de operação de crédito ou assemelhados, realizada mediante consignação em folha de pagamento, com instituições comerciais e financeiras ou entidades de previdência privada, nas quais tenha interveniência da CAERN ou do sindicato sob qualquer forma.

Férias e encargos

Composto por provisões de férias, provisões de INSS S/Férias e provisões de FGTS S/Férias, variação de saldo é principalmente em virtude do reajuste salarial de 4,2% resultante da inflação acumulada de 3,987% apurada pelo INPC do período acrescido de um ganho real de 0,213%, aplicado nos salários da TABELA SALARIAL vigente em 30 de abril de 2017.

15. Plano de demissão voluntária e Acordos judiciais

15.1. Plano de demissão voluntária

A Companhia possui um programa denominado "Plano de aposentadoria voluntária", destinado ao desligamento de empregados a partir da efetivação da rescisão do contrato de trabalho. Ao empregado que solicite demissão ou que receba aviso prévio, a CAERN concederá prêmio em 02 (duas) opções de premiação:

- 1ª opção: O prêmio será pago em 28 (vinte e oito) parcelas mensais iguais e sucessivas, por cada ano de serviço efetivamente prestado à Companhia, no limite de 35 anos.
- 2ª opção: O prêmio será pago no valor equivalente a 3 (três) pisos salariais vigentes por cada ano de serviço prestado à Companhia, no limite de 35 anos, sendo distribuído em 50% (cinquenta por cento) no ato da rescisão contratual e os outros 50% (cinquenta por cento) pagos em 15 (quinze) parcelas iguais e sucessivas.

A composição do Plano de demissão voluntária é a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Acordo judicial	1.522	-
Plano de Demissão voluntário	6.259	-
	<u>7.781</u>	<u>-</u>
Não circulante		
Acordo judicial	2.628	-
Plano de Demissão Voluntário	2.152	-
	<u>4.780</u>	<u>-</u>

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Total	12.561	-
--------------	---------------	---

No exercício de 2017, do montante registrado no grupo, cabe destacar o seguinte:

- (a) Os valores mensurados a título de demissão voluntária, que em exercícios anteriores era demonstrada nas notas explicativas dentro do grupo de "Salários a pagar dos funcionários e estagiários", passou a ser apresentada em rubrica (conta) e notas explicativa adequada.

Assim, para que as demonstrações contábeis proporcionem informações confiáveis e mais relevantes, a CAERN adota procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19) e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), no tocante aos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego

15.2. Acordos judiciais trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Acordos judiciais - Trabalhista		
Acordo judicial empregado a pagar - Circulante	1.522	-
Acordo judicial empregado a pagar - Não Circulante	2.628	-
	4.150	-

A Companhia é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços, decorrente do curso normal de suas atividades e negócios.

Visando reduzir o litígio e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAERN executou conciliações judiciais e extrajudiciais, sendo firmado acordo, mediante mútuo consenso entre as partes.

Conforme informações dos representantes legais, os advogados, os referidos acordos foram judicialmente homologados e as demandas correspondentes foram extintas.

- A CAERN foi ré em uma Ação Civil Pública - ACP, promovida pelo Ministério Público de Natal - MPT (Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região), conforme processo de nº 0000886-75.2014.5.21.0041, onde discute-se a jornada de trabalho dos advogados. No dia 27 de outubro de 2016, foi celebrado um acordo, onde os representantes da CAERN, assistidos por seus advogados, Escritório Eider Furtado de Mendonça e Menezes Filho, os representantes dos autores do processo, e presentes ainda os advogados empregados da Companhia pactuaram acordo, onde em resumo é reduzido a carga horária em ¼ do tempo daquele previsto em edital de concurso, de 8h/d para 6h/d, a saber, foram com os seguintes termos do acordo: jornada de trabalho com 6 (seis) horas / 30 (trinta) horas semanais, com intervalo legal de 15 (quinze) minutos, para os advogados contratados atualmente ou futuramente contratados por concurso ainda vigente, mediante pagamento de gratificação de atividade jurídica em razão das 2 (duas) horas excedentes em relação a quarta hora, correspondente ao valor de R\$ 3.328,44 (três mil, trezentos e vinte e oito reais, e quarenta e quatro centavos), no momento do acordo. Acordado também um passivo de R\$ 4.370.305,56 (quatro milhões, trezentos e setenta mil, trezentos e cinco reais, e cinquenta e seis centavos), devendo ser pagos em 3 parcelas (05/04/17, 05/04/18 e 05/04/19). Quanto ao passivo por danos morais, este acordado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), foram pagos em uma única vez, sendo 10 (dez) dias após o trânsito em julgado.
- A CAERN foi ré em diversas ações impetradas pelos empregados e ex-empregados da Companhia ocupantes do cargo de engenharia. Existem em média 20 ações ajuizadas.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Entre as partes ligantes foi realizado acordo no ano de 2016, onde o valor acordado foi parcelado em 12 ou 24 (doze ou vinte e quatro) parcelas, conforme o valor mensurado como devido a cada um dos empregados.

16. Parcelamento de Tributos

16.1 Parcelamento MP 783/2017 PERT

Em 25/09/2017 a companhia optou pelo parcelamento Especial de Regularização Tributária (Pert) - MP 783/2017 convertida na Lei nº 13.496/2017 que abrange os débitos de natureza tributária e não tributária.

16.2 Parcelamento Lei 11.941/2009

O parcelamento da Lei 11.941/2009 foi mantido junto a Secretaria da Receita Federal e teve sua consolidação oficializada durante o exercício social de 2014. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos são os seguintes:

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2016	Amortizações e Contratações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2017
CIRCULANTE					
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	361	(647)	286	361	361
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	-	47			47
	361	(600)	286	361	408
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	3.050	-	1.486	(361)	4.175
Parcelamentos MP 783/2017 PERT		466			466
	3.050	466	1.486	(361)	4.641
Total	3.411	(134)	1.772	-	5.049

17. Parcelamento de Energia

A Companhia mantém contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, originada por inadimplemento das faturas de consumo de energia elétrica em suas atividades no período de 01/08/1997 a 31/12/2002, no valor de R\$ 22.398.088,79 e débito residual do contrato nº 004/96 no valor de R\$ 77.190.491,63, resultando o débito inicial deste parcelamento o valor de R\$ 99.588.580,42, divididos em 227 meses, com juros de 0,50% a.m. e atualização do saldo devedor pelo IPC-A a cada 12 meses.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não- Circulante	Total	Circulante	Não- Circulante	Total
Cosern Contrato 2016/CCE/04	26.197	95.238	121.435	24.235	110.333	134.568

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

26.197	95.238	121.435	24.235	110.333	134.568
---------------	---------------	----------------	---------------	----------------	----------------

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos mantidos junto a Cosern estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2016	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2017
<u>CIRCULANTE</u>					
Cosern Contrato 2016/CCE/04	24.235	(24.235)	0	26.197	26.197
	24.235	(24.235)	0	26.197	26.197
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
Cosern Contrato 2016/CCE/04	110.333	0	11.102	(26.197)	95.238
	110.333	0	11.102	(26.197)	95.238

18. Provisões para demandas judiciais - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Provisões para demandas judiciais			
Questões Trabalhista	17.729	38.488	14.506
Questões Cíveis	19.974	25.957	12.518
Questões Tributárias	385	4.314	3.361
	38.089	68.759	30.385
Depósitos judiciais			
Questões Judiciais	(18.256)	(8.488)	(839)
	(18.256)	(8.488)	(839)
Saldo líquido	19.833	60.271	29.546

Em atendimento ao CPC 25, o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião da assessoria jurídica da companhia, a qual segue a seguinte forma:

- São constituídas provisões e divulgada Notas Explicativas - NE para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado provável;
- São divulgadas em NE as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado possível;

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado remoto, somente são divulgadas em NE as informações que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis e financeiras.

18.1. Ações com risco de perda provável - Questões trabalhistas

A Companhia em 31 de dezembro de 2017, é parte em aproximadamente 999 (novecentos e noventa e nove) reclamações trabalhistas classificadas com o risco provável (aproximadamente 1.319 em 31 de dezembro de 2016). Ações essas movidas por empregados, ex-empregados, contratados e terceirizados, cujos pedidos se classificam em pagamentos de diferença sob horas extras, diferença salarial, adicional de insalubridade e periculosidade, natureza salarial do Vale-alimentação, e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária.

Composição dos principais processos trabalhistas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Questões Trabalhistas			
SINDÁGUA - Sindicato	500 (a)	500	-
Ação Civil Pública	510 (b)	510	-
Demais processos	<u>16.719</u>	<u>37.478</u>	<u>14.506</u>
	<u>17.729</u>	<u>38.488</u>	<u>14.506</u>

Abaixo, citamos as ações de maior repercussão:

- a) Ação impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente, no Estado do Rio Grande do Norte - SINDÁGUA, sob o nº 0001120-03.2016.5.21.0004 contra a Companhia. Trata-se de ação coletiva proposta pelo sindicato, como representante da categoria, em que pleiteia a declaração da natureza salarial de benefício por ACT (vale alimentação).
- b) Ação Civil Pública de nº 0001100-31.2015.5.21.0009 impetrada pelo Ministério Público do Trabalho tendo como reclamado a JMT Serviços de Locação de mão de obra Ltda, onde a Companhia participa do processo como subsidiária. A ação foi promovida em favor dos motoristas empregados da JMT que prestam serviços junto à CAERN.

18.2. Ações com risco de perda provável - Questões civil/juizado

A Companhia em 31 de dezembro de 2017, é parte em aproximadamente 1.424 ações e procedimentos cíveis classificadas com risco de perda provável (aproximadamente 1.014 em 31 de dezembro de 2016), no âmbito da justiça cível, no juizado especial e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor - PROCON, movidos por consumidores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização por danos morais.

Composição dos principais processos cíveis:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Questões Cíveis			
Ministério Público do RN (ACP)	7.500 (c)	7.500	-
Ação cível pública	3.077 (d)	3.077	-
De Rosa e Siqueira Adv Associados	-	5.476	10.500
Demais processos	<u>9.397</u>	<u>9.904</u>	<u>2.018</u>
	<u>19.974</u>	<u>25.957</u>	<u>12.518</u>

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Abaixo, citamos as ações de maior repercussão:

- c) Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público do RN, sob o nº 0016118-46.2010.8.20.0106 em desfavor da CAERN. Trata-se de uma ação quanto a prestação de serviço de forma adequada no tratamento de água e esgoto dispensado a várias localidades do Município de Mossoró/RN. A despeito disso, o Ministério Público alega que os consumidores mossoroenses vem pagando uma tarifa relativamente alta por um serviço de água e esgoto de péssima qualidade.
- d) A ACP sob o nº 0800718-36.2016.8.20.5121, trata-se de uma ação popular proposta pelo senhor Sérgio Marins de Souza Queiroz, em desfavor do Município de Macaíba/RN e CAERN.
- e) Em relação a execução fiscal nº 001.02.004404-7 (4404-94.2002.8.20.0001), com vistas à cobrança judicial da CDA 026.012.00261.9, da Prefeitura Municipal de Natal, em que o Escritório de Advocacia De Rosa Siqueira defendeu a CAERN e logrou êxito, discutia-se sobre o valor dos honorários advocatícios devido ao referido escritório. Dessa forma em 2017, for firmado um acordo em que o valor devido ao referido escritório foi de R\$ 4.536.435,20 (quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais, e vinte centavos), sendo revertido a provisão de R\$ 5.476.082,00.

18.3. Ações com risco de perda provável - Questões tributárias

A Companhia em 31 de dezembro de 2017, e parte em aproximadamente 27 ações e procedimentos tributários classificadas com risco de perda. Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionados em virtude da Companhia pleitear o reconhecimento da Imunidade recíproca ou o não pagamento de impostos.

Composição dos principais processos tributários:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Questões Tributárias			
Ação anulatória (0011062-03.2008.4.05.8400)	50	50	-
Ação anulatória (001015-38.2016.4.05.8400)	30	30	-
Demais processos	305	4.234	3.361
	<u>385</u>	<u>4.314</u>	<u>3.361</u>

Abaixo, citamos as ações de maior repercussão:

- As provisões tributárias referem-se a ações acionadas pelo Município de Natal/RN, na qual exige créditos tributários sobre o IPTU. Os representantes legais, advogados, da Companhia entre tantas jurisprudências se espeque também no art. 150 da CF/1988 e no art. 3º da Lei 8.080/1990, que estabelece as limitações ao poder de tributar dos entes federativos. Uma vez que a CAERN exerce atividade de serviço público essencial, fará a empresa ou sociedade jus à imunidade tributária, como forma de garantir a cooperação entre os variados entes federativos.

18.4. Passivos Contingentes - Risco de perda possível/remota

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificadas pelos representantes legais (advogados) como possível. Em 31 de dezembro de 2017, a CAERN possui aproximadamente 717

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

(setecentos e dezessete) ações classificadas com risco de perda possível e distribuídas nas áreas trabalhistas, tributárias e cíveis.

Quanto as ações classificadas com risco de perda remota, existem aproximadamente 513 (quinhentos e treze) ações, distribuídas nas áreas trabalhistas, tributárias e cíveis.

Abaixo, citamos as ações de maior repercussão com risco de perda remota:

- A Companhia em 31 de dezembro de 2017, e parte em aproximadamente 27 ações e procedimentos tributários classificadas com risco de perda. Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionados em virtude de divergência de interpretação da legislação.
- A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal por meio do Auto de Infração nº 10469-722.408/2017-49 em 08 de junho de 2017 no valor de R\$ 542.834,01 (quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e um centavo). Com Termo de Início de Procedimento Fiscal de 31/01/2017, sob o nº 0420100.2016.01610. O auto de infração refere-se a análise das GFIP/FGTS do ano calendário de 2013, onde conforme Termo de procedimento fiscal, o índice previsto é de 1,4204 para o FAP, quando foi utilizado 1,3100. A RFB exige créditos tributários de Contribuição SAT/RAT relativos ao quantitativos dos empregados em cada unidade de inscrição do CNPJ. O auto de infração teve decisão definitiva na esfera administrativa, em que foi mantida, a cobrança da Contribuição. Em relação ao ajuizamento da ação judicial, aguarda-se a análise sobre a admissibilidade do recurso ou desfecho das discussões. A opinião dos representantes legais é de que a perspectiva na ação judicial é remota.

18.5. Ativos contingentes

A Companhia possui ativos cuja expectativa de ganho é possível de acordo com a opinião dos assessores legais. Contudo, a Companhia não reconhece em seus ativos os ativos contingentes, conforme orientação do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

19. Subvenção Governamental

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Receita de Subvenções			
Convênios com o Governo Federal	360.874	240.251	138.055
Outros créditos de subvenções - Bloqueios judiciais de convênios (*)			
Governo Federal	-	-	-
Saldo líquido	<u>360.874</u>	<u>240.251</u>	<u>138.055</u>

(*) referem-se a saldos de bloqueios judiciais realizadas nas contas dos convênios em função de processos movidos contra o Governo do Estado.

De acordo com Pronunciamento Técnico CPC 07, define subvenção governamental como assistência pelo governo na forma de transferência de recursos a uma entidade em troca do cumprimento, passado ou futuro, de determinadas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Dessa forma, verifica-se que a CAERN consta como Interveniante executor em vários contratos firmados entre a União e o Governo do Estado do RN, sendo esse o motivo da adoção da referida norma contábil.

Diante do exposto, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, as subvenções governamentais recebidas são registradas no ativo em contrapartida da criação de uma conta específica no passivo, denominada Subvenção Governamental.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Durante os exercícios de 2017 e 2016 a CAERN, adotou o que preceitua o CPC 07, onde registra-se na Subvenção Governamental os valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União - OGU e do Governo do Estado do RN recebidos a título de convênios para construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado do Rio Grande do Norte. A realização de tais valores de dará a partir do momento da conclusão das obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

20. Patrimônio líquido

20.1 - Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Ordinárias	854.170.873	99,98%	852.558.968	99,98%
Preferenciais	156.909	0,02%	156.909	0,02%
	854.327.782	100,00%	852.715.877	100,00%

As ações preferenciais têm direito a prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% ao ano e prioridade no caso de liquidação e no reembolso do capital sem direito a prêmio, bem como participação, sem restrições no aumento do capital e decorrentes da capitalização de recursos e lucros.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 94,48% e o Banco do Estado do Rio Grande do Norte - BANDERN (em liquidação judicial), participa com 5,35% das ações ordinárias da Companhia. Os demais 0,17% de ações ordinárias estão divididas entre a União, órgãos estaduais e municipais e pessoas físicas. As ações preferenciais são integralmente da União.

20.2 - Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital

20.3 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2017, compreende dos valores recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (acionista majoritário), para aplicação específica em obras de saneamento básico, que deverão ser capitalizados, conforme conclusão e funcionamento das mesmas:

Município	Sistema	31/12/2017	31/12/2016
		Saldo R\$ mil	Saldo R\$ mil

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Santa Cruz	SAA*	134	0
São José de Mipibu	SES*	451	306
Nova Cruz	SES*	398	398
Natal	SES*/SAA*	3.862	3.044
Assu	SES*	75	75
Parnamirim	SAA*	805	713
Macaíba	SAA*	361	358
Mossoró	SAA*	3.758	3.691
		9.845	8.585

20.4 - Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	13.793	(21.132)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	854.170.873	854.170.873
Prejuízo básico e diluído por ação (reais por ação)	0,016	(0,025)

21. Receita Líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Receitas diretas de serviços de abastecimento d'água			
Tarifa residencial	428.007	392.556	342.400
Tarifa comercial	38.858	36.920	33.517
Tarifa industrial	7.886	8.048	7.935
Órgãos públicos	39.742	37.433	34.331
	<u>514.493</u>	<u>474.956</u>	<u>418.184</u>
Receitas indiretas de serviços de abastecimento d'água			
Ligações	2.590	2.181	2.380
Acréscimo por impontualidade	0		
Religações e sanções	7.792	6.329	3.281
Contribuição para hidrometria	0	43	42
Ampliações	30	32	45

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Outras receitas indiretas	4.521	4.578	5.730
	14.934	13.163	11.479
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	529.427	488.120	429.663
Receitas diretas de serviços de esgotos			
Tarifa residencial	63.366	56.344	48.054
Tarifa comercial	19.339	17.919	16.884
Tarifa industrial	11.872	11.836	12.167
Órgãos públicos	9.847	9.684	8.890
	104.423	95.783	85.995
Receitas indiretas de serviços de esgotos			
Ligações	155	128	143
Ampliações	18	109	105
Outras receitas indiretas	2	2	0
	175	238	248
Total das receitas de serviços de esgotos	104.599	96.021	86.244
Total do faturamento bruto de água e esgoto	634.026	584.141	515.906
Total das receitas brutas	634.026	584.141	515.906
(-) Deduções de impostos sobre receitas			
COFINS sobre receitas	(48.191)	(45.265)	(39.643)
PIS sobre receitas	(10.463)	(9.786)	(8.582)
Taxa de regulação sobre o faturamento	(580)	(3.304)	(3.150)
Total	(59.234)	(58.355)	(51.374)
Receita operacional líquida	574.792	525.786	464.532

A receita operacional líquida da Companhia demonstrada nesta nota explicativa é resultado da receita operacional bruta deduzida dos tributos incidentes sobre esta receita, que no caso da CAERN são: COFINS, PIS e Taxa de regulação sobre o faturamento. A receita operacional da CAERN divide-se em serviços de abastecimento de água e serviços de esgoto.

22. Custo dos Serviços Prestados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Sistema de abastecimento de água			
Custos com pessoal	(105.571)	(111.406)	(90.539)
Custos com material	(14.743)	(21.348)	(26.023)
Serviços de terceiros	(131.707)	(110.447)	(111.678)
Custos gerais	(610)	(1.509)	(3.920)
Depreciação e amortização	(16.496)	(21.163)	(20.958)
	(269.127)	(265.872)	(253.118)
Sistema de esgoto sanitário			
Custos com pessoal	(30.289)	(24.770)	(19.763)
Custos com material	(1.254)	(2.211)	(6.650)

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Serviços de terceiros	(14.223)	(10.019)	(12.720)
Custos gerais	(280)	(988)	(1.450)
Depreciação e amortização	(18.491)	(9.889)	(9.675)
	<u>(64.537)</u>	<u>(47.877)</u>	<u>(50.258)</u>
	<u>(333.664)</u>	<u>(313.749)</u>	<u>(303.376)</u>

- a) Os Custos dos Serviços Prestados compreendem os custos com o serviço de fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção, operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros e demais serviços.

23. Despesas administrativas e comerciais

A composição das despesas administrativas e comerciais, por natureza, é a seguinte:

23.1 Despesas comerciais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Despesas comerciais			
Despesas de pessoal	(31.489)	(29.375)	(25.019)
Despesas com material	(186)	(137)	(163)
Serviços de terceiros	(7.356)	(17.931)	(9.361)
Despesas gerais	(197)	(826)	(1.326)
	<u>(39.228)</u>	<u>(48.268)</u>	<u>(35.869)</u>
Perdas na realização de créditos	<u>(55.837)</u>	<u>(47.325)</u>	<u>(23.440)</u>
Total das despesas comerciais	<u>(95.065)</u>	<u>(95.593)</u>	<u>(59.308)</u>

23.2 Despesas administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Despesas de pessoal	(105.835)	(46.099)	(43.298)
Despesas com material	(717)	(4.637)	(3.924)
Serviços de terceiros	(41.660)	(29.634)	(17.476)
Despesas gerais	(13.799)	(2.669)	(4.045)
	<u>(162.011)</u>	<u>(83.039)</u>	<u>(68.743)</u>
Depreciação	<u>(4.720)</u>	<u>(4.521)</u>	<u>(2.458)</u>
Ressarcimento de despesas	<u>7.717</u>	<u>817</u>	<u>2.027</u>

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	<u>(159.014)</u>	<u>(86.743)</u>	<u>(69.174)</u>
Reversão de contingências cíveis	5.982	(13.439)	1.387
Reversão de contingências trabalhistas	20.759	(23.983)	(9.941)
Reversão de contingências tributárias	<u>3.929</u>	<u>(953)</u>	<u>(3.361)</u>
	30.670	(38.374)	(11.915)
Total	<u>(128.344)</u>	<u>(151.921)</u>	<u>(104.510)</u>

24. Despesas tributárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributos federais		
PIS	(151)	-
COFINS	(931)	-
IOF	(364)	-
Contribuição sindical patronal	<u>(58)</u>	<u>(53)</u>
	(1.505)	(53)
Tributos estaduais		
ITCD	(1)	
IPVA	(63)	(39)
TAXA DE LICENCIAMENTO DE VEICULO	<u>(1)</u>	<u>-</u>
	(64)	(39)
Tributos municipais		
IPTU	(2.954)	(3)
TAXA DE LICENCA E LOCALIZACAO	<u>(2.746)</u>	<u>(1.011)</u>
	(5.700)	(1.014)
Total	<u>(7.270)</u>	<u>(1.107)</u>

Programa de Integração Social (PIS) e Cont. Financ. Da Seguridade Social (COFINS)

Essas duas contas contábeis representam o custo de PIS e COFINS incidente sobre as Receitas Operacionais somadas as despesas dos mesmos incidentes sobre as demais receitas, como por exemplo receita de aluguel e receitas financeiras.

IOF

IOF é o imposto sobre operações financeiras, que demonstra o quanto desse tributo incidiu sobre as aplicações financeiras de recursos próprios.

Contribuição Sindical Patronal

A Contribuição Sindical Patronal é um dispositivo previsto na lei brasileira, que funciona como parte da estrutura de manutenção de entidades representativas dos trabalhadores. Esta contribuição paga anualmente.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

ITCD

O Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) é um tributo que incide sobre a doação ou sobre a transmissão hereditária ou testamentária de bens móveis, inclusive semoventes, títulos e créditos, e direitos a eles relativos ou bens imóveis situados no território do Estado, na transmissão da propriedade plena ou da propriedade nua e na instituição onerosa de usufruto.

IPVA

IPVA é a sigla de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, que é um imposto estadual com o objetivo de arrecadar dinheiro sobre automóveis.

IPTU

O IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano) é um imposto brasileiro com previsão na Constituição Federal, de competência municipal e do Distrito Federal, cujos contribuintes são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm propriedade, domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona ou extensão urbana.

Taxa de Licença e Localização

A Taxa de Licença é um tributo municipal necessário para localização e funcionamento.

25. Outras Receitas Operacionais

A composição de outras receitas operacionais líquidas, por natureza, é a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Locação de imóveis	100	93	129
Venda de bens do Imobilizado (i)	1.137	642	247
Taxa de cadastro de fornecedores	13	7	14
Outras receitas	83	259	-
Total de Outras Receitas Operacionais Líquidas	<u>1.333</u>	<u>1.002</u>	<u>390</u>

A companhia aplica o CPC 30 e reconhece no resultado, as outras receitas operacionais, em função de sua realização. No exercício de 2017, do montante registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: O acréscimo de 77% nas vendas de bens do imobilizado da Companhia em relação a 2016 deve-se ao êxito do leilão presencial e on-line de veículos, equipamentos, sucatas de hidrômetros e pneus usados, em excelentes condições de uso.

26. Receitas financeiras

A composição das receitas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Receitas financeiras	-		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.979	3.689	5.089
Descontos recebidos	752	93	62
Total das receitas financeiras	<u>5.731</u>	<u>3.782</u>	<u>5.151</u>
Receitas de variação monetária	-		

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Juros ativos (i)	18.195	18.644	13.691
Receitas de variação monetária	18.195	18.644	13.691
Total das receitas financeiras	23.925	22.427	18.842

	Período base findo em:		
	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016
	Original		Reapresentado
<u>Receitas financeiras</u>			
Rendimentos de aplicações financeiras	3.689	-	3.689
Descontos recebidos	93	-	93
Total das receitas financeiras	3.782	-	3.782
<u>Receitas de variação monetária</u>			
Juros ativos (i)	94	18.550	18.644
Receitas de variação monetária	94	18.550	18.644
Total das receitas financeiras	3.876	18.550	22.426

	Período base findo em:		
	01/01/2016	Ajustes	01/01/2016
	Original		Reapresentado
<u>Receitas financeiras</u>			
Rendimentos de aplicações financeiras	5.089	-	5.089
Descontos recebidos	62	-	62
Total das receitas financeiras	5.151	-	5.151
<u>Receitas de variação monetária</u>			
Juros ativos (i)	712	12.979	13.691
Receitas de variação monetária	712	12.979	13.691
Total das receitas financeiras	5.863	12.979	18.842

No exercício de 2017, do montante registrado no grupo, cabe destacar o seguinte:

- (i) A Receita Indireta de Acréscimo por Impontualidade, que em exercícios anteriores era classificada na composição da receita líquida, passou a ser reconhecida na composição da receita financeira.

Assim, para que as demonstrações contábeis proporcionem informações confiáveis e mais relevantes sobre os efeitos das transações, em atendimento ao CPC 23, a Companhia reapresentou os períodos de 31/12/2016 e 01/01/2016, para que possam ser comparados ao

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

longo do tempo, evidenciando o efeito na mudança de critério e a nova política adotada pela entidade.

27. Despesas financeiras

A composição das despesas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Despesas de financiamentos internos</u>		
juros e taxas sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(11.630)	(17.206)
Variação monetária sobre impostos e contribuições (i)	(2.537)	-
Variação monetária sobre outras obrigações	(408)	-
Outras despesas	(9)	(1.322)
Total das despesas financeiras	<u>(14.584)</u>	<u>(18.528)</u>

As despesas financeiras representam gastos relacionados com a remuneração de terceiros, originadas da captação de recursos para viabilizar as atividades operacionais da Companhia. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Do montante de R\$ 14.584 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte:

- (i) A empresa reconheceu a variação monetária sobre o parcelamento tributário, registrando na contabilidade o valor justo da dívida. Dos R\$ 2.537 divulgados na conta, 98% é originado das atualizações dos impostos administrados pela Receita Federal, o que corresponde a R\$ 2.450.
- (ii) Outras despesas financeiras sofreram decréscimo, principalmente, devido a mudança de critério no plano de contas da Companhia.

As taxas bancárias, que em exercícios anteriores era classificada na composição das despesas financeiras, passaram a ser reconhecidas na composição das despesas comerciais, visto que estas não compreendem a remuneração direta do capital de terceiros e sim os gastos com serviços prestados à Companhia pelas instituições bancárias.

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Imposto de Renda</u>		
Provisão constituída para o Imposto de Renda (28.1)	0	(1.283)
Diferença Temporária Imposto de Renda (28.2)	(5.426)	9.020
	<u>(5.426)</u>	<u>7.737</u>
<u>Contribuição Social</u>		
Provisão constituída para a Contribuição Social (28.3)	0	(447)
Diferença Temporária Contribuição Social (28.4)	(1.904)	3.262
	<u>(1.904)</u>	<u>2.814</u>

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

(7.329)

10.552

28.1 - Composição do cálculo do Imposto de Renda

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado Contábil	21.123	(31.683)
(+) Adições		
Provisões para Contingências	-	38.374
Outras indedutíveis - Devolução de doações	20	429
Gratificação dos Diretores	552	548
Multas	9	138
	<u>581</u>	<u>39.490</u>
(-) Exclusões		
Reversão Provisão Trabalhistas	(20.759)	-
Reversão Provisão Cíveis	(5.982)	-
Reversão Provisão Tributárias	(3.929)	-
Contribuições e doações recebidas	-	(156)
	<u>(30.670)</u>	<u>(156)</u>
Lucro Real	(8.967)	7.650
Compensação do prejuízo fiscal (30% do Lucro Real)	-	(2.295)
Lucro Real Após Compensação do prejuízo fiscal	(8.967)	5.355
% Imposto de Renda Normal	15%	15%
Imposto de Renda Normal a pagar	-	803
Adicional Imposto de Renda	-	5.355
(-) Dedução permitida	-	(240)
Base de cálculo Adicional Imposto de Renda	-	5.115
% Adicional Imposto de Renda	10%	10%
Adicional Imposto de Renda a pagar	-	512
Imposto de Renda do período	-	1.315
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (4% do imposto do período)	-	(32)
Imposto de Renda do período após incentivo PAT	-	1.283

28.2 - Cálculo da Diferença Temporária do Imposto de Renda

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Base de Cálculo p/ Diferença Temporária s/ Contingências constituídas</u>		
Valor Líquido das provisões de contingências	38.089	38.374
Alíquota do IR	25%	25%
Valor da dif. Inter temporal IRPJ	9.522 (a)	9.594 (a)
<u>Base de Cálculo p/ Diferença Temporária s/ Prejuízo Fiscal compensado</u>		
Valor líquido do prejuízo fiscal utilizado	8.967	(2.295)
Alíquota do IR	25%	25%
Valor da dif. Inter temporal IRPJ	2.242 (a)	(574) (a)

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Diferença Temporária registrada para Imposto de Renda (somatório da (a)) 11.764 (a) 9.020 (a)

28.3 - Composição do cálculo da Contribuição Social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado Contábil	21.123	(31.683)
(+) Adições		
Provisões para Contingências		38.374
Outras indedutíveis - Devolução de doações	20	429
Multas	9	138
	<u>29</u>	<u>38.941</u>
(-) Exclusões		
Reversão Provisão Trabalhistas	(20.759)	
Reversão Provisão Cíveis	(5.982)	
Reversão Provisão Tributárias	(3.929)	
Contribuições e doações recebidas	-	-
	<u>(30.670)</u>	<u>-</u>
Lucro Real	(9.519)	7.258
Compensação da base de cálculo negativa (30% do Lucro Real)	-	(2.177)
Lucro Real Após Compensação do prejuízo fiscal	(9.519)	5.081
% Contribuição Social	9%	9%
Contribuição Social do período	-	457

28.4 - Cálculo da Diferença Temporária da Contribuição Social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Base de Cálculo p/ DIF Inter Temporal s/ Contingências constituídas</u>		
Valor líquido das provisões de contingências	38.089	38.374
Alíquota da CSLL	9%	9%
Valor da dif. Inter temporal CSLL	<u>3.428</u> (b)	<u>3.454</u> (b)
<u>Base de Cálculo p/ diferença Temporária s/ Base de Cálculo Negativa compensada</u>		
Valor líquido do base de cálculo negativa utilizado	9.519	(2.177)
Alíquota da CSLL	9%	9%
Valor da dif. Inter temporal CSLL	<u>857</u> (b)	<u>(196)</u> (b)
Diferença Temporária registrada para Contribuição Social (somatório da (b))	<u>4.285</u>	<u>3.258</u>

Os encargos do imposto de renda da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A contribuição sobre o lucro líquido está constituída a alíquota de 9%.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Embasado ainda pelo pronunciamento técnico CPC 32, que trata dos tributos sobre o lucro, a Companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias calculadas sobre as alíquotas de 25% (imposto de renda) e 9% (contribuição social) para o prejuízo fiscal do imposto de renda e a base de cálculo negativa da contribuição social.

Diferenças temporárias são diferenças entre o valor contábil de ativo ou passivo e a base fiscal, se dividindo em tributável e dedutível. A primeira se refere a valores que influenciarão no lucro futuramente, após uma liquidação ou recuperação. Já a segunda tem como diferença o fato de ser relacionada a valores dedutíveis sobre a apuração do lucro tributável futuro, após algum evento ou operação.

Após o exposto acima, podemos afirmar que este ano, após as adições e exclusões ao lucro contábil, e antes das compensações, chegamos ao resultado de prejuízo fiscal. Este deve-se ao fato do alto valor revertido das provisões durante o período, valor este que foi excluído do lucro contábil.

29. Instrumentos Financeiros

A companhia não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Natal, 22 de março de 2017.

Marcelo Saldanha Toscano

Diretor Presidente

Cristiano Pinheiro da Silva

Gerente Contábil

Lindolfo Gomes Vidal Neto

Diretor Administrativo

Alex Souza da Costa

Contador – CRC – RN – 006783/O-5

Maria Helena Bezerra Cortez

Diretor Comercial e de Atendimento

Maria Geny Formiga de Farias

Diretor de Empreendimentos

João Alberto Dantas da Costa

Diretor de Operação e Manutenção

Anton Carlos Gondim Safieh

Diretor de Planejamento e Finanças